

Geoprocessamento ajudará na segurança da zona rural

Em reunião da Comissão Agropecuária em Itaúna, Polícia Militar mostra projeto para reduzir crimes no campo

Furtos e roubos na zona rural de Itaúna (Centro-Oeste) foram as principais reclamações apresentadas ontem à Comissão de Agropecuária e Agroindústria da Assembleia de Minas, em reunião no município. Representantes da Polícia Militar apresentaram as estratégias que têm sido adotadas para resolver os problemas, que vão desde pequenos furtos de equipamentos a grandes roubos de gado.

É preciso combater essa onda de crimes organizados

Levantamento da PM apontou crescimento de 37% do número de furtos na zona rural de região que abarca 50 municípios, a

maioria no Centro-Oeste. O aumento foi observado entre os meses de janeiro e junho de 2016, em relação ao mesmo período no ano passado. Em junho deste ano, porém, houve um decréscimo de 14% nesse tipo de crime em relação ao mês anterior.

PATRULHAS - Um dos motivos da melhora, de acordo com o chefe da Seção de Emprego Operacional da 7ª Região da Polícia Militar, major Jocimar dos Santos, é a intensificação da Patrulha Rural Regionalizada.

Segundo ele, desde o dia 4 de maio, o programa funciona com patrulhas feitas por policiais de unidades próximas, que se revezam e montam equipes mistas. “Utilizamos trabalhos de inteligência para acompanhar a migração do crime, nos adequar e nos antecipar na adoção de estratégias”, explicou.

O major falou, ainda, da implantação de um trabalho de geoprocessamento por parte da PM, que estaria finalizando acordo com empresa privada a fim de



POLLYANNA MALINIAC

PM aborda implantação em breve de geoprocessamento das propriedades rurais, que vai facilitar a chegada das patrulhas

obter a base de dados para o projeto. “Teremos a catalogação de todos os endereços, norteados por GPS. Isso vai facilitar a chegada das patrulhas rurais tanto para atendimento das demandas,

quanto para o trabalho preventivo”, disse.

O município de Pará de Minas, vizinho ao de Itaúna, será o primeiro a ser mapeado, mas, conforme informou o major, a intenção é levar o projeto para toda a região

Participação da comunidade também é importante

A importância das denúncias e da parceria das comunidades rurais com a PM foi ressaltada pelo comandante da 5ª Companhia Independente da 7ª Região da Polícia Militar, major Elson Geraldo de Andrade. “Precisamos contar com todos os senhores para serem nossos olhos no meio rural, já que, infelizmente, não podemos colocar uma patrulha em cada comunidade”, destacou.

O deputado Fabiano Tolentino (PPS), presidente da comissão, ressaltou que é preciso combater essa onda de crimes, que julgou como organizados. “Se roubam 100 cabeças de gado, precisam ter caminhão, frigorífico, precisam conhecer a fazenda. Não é qualquer um que faz esse tipo de roubo”, enfatizou.

O parlamentar destacou ainda que houve redução nos recursos direcionados às Polícias Militar e Civil por parte do Governo Estadual. Por fim, lembrou que a comissão tem ido a vários municípios mineiros para tratar dos principais problemas enfrentados no campo.

PORTE DE ARMAS - O deputado Inácio Franco (PV) concordou com o colega e acrescentou que o homem do campo está desprotegido sem armas em casa e defendeu a revogação do Estatuto do Desarmamento.

O parlamentar também frisou que é preciso ter uma política agrícola consistente no Brasil. “Nos Estados Unidos e na Europa, o produtor trabalha e sabe que vai ter resultado.

Aqui, ele trabalha e, na hora de vender, tem prejuízo. Isso é inadmissível”, criticou.

O gerente regional da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater), Wellington Dias Silveira, complementou que se preocupa ao ouvir que a agricultura sustenta o Brasil. “Agora querem cobrir o rombo da Previdência com a agricultura, mas tem carga tributária que a gente não aguenta. Essa agricultura pujante, que salva o Brasil, não chega aqui embaixo”, afirmou.

MEIO AMBIENTE - As dificuldades apresentadas pela legislação ambiental foram abordadas pelo presidente da Cooperativa dos

Produtores Rurais de Itaúna e Itatiaiuçu (Cooperita), Clécio José Guimarães, que cobrou que a Polícia Militar de Meio Ambiente oriente os cidadãos, além de multar. Para Clécio, a “atual política de multas” faz com que os produtores se voltem contra a legislação ambiental.

O presidente da Cooperita reclamou, ainda, do excesso de exigências e taxas. “O produtor precisa furar um poço. Ele tem que pagar R\$ 5 mil para o serviço e mais R\$ 3 mil para um papel do Governo; isso é um absurdo”, reprovou.

Outros presentes trataram de questões como poluição sonora e odores fortes em algumas comunidades, além de impostos rurais e preços de insumos.



Em 10 minutos, você pode acabar com o Aedes aegypti

PÁGINA PREPARADA PELA GERÊNCIA DE JORNALISMO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

MINAS GERAIS
GOVERNO DE TODOS

PODERES DO ESTADO
Executivo
GOVERNADOR FERNANDO PIMENTEL
Legislativo
DEPUTADO ADALCLEVER LOPES
Judiciário
DESEMBARGADOR PEDRO C. BITENCOURT MARCONDES

Secretário de Estado de Casa Civil
e de Relações Institucionais
MARCO ANTÔNIO REZENDE TEIXEIRA

Diretor-Geral da Imprensa Oficial
EUGÊNIO FERRAZ